

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ARGENTINA E DO BRASIL NA PROMOÇÃO DO ODS 8

DECENT WORK AND SUSTAINABLE ECONOMIC GROWTH: AN ANALYSIS OF ARGENTINA AND BRAZIL'S PERFORMANCE IN PROMOTING SDG 8

Loren Brugnolo Silva

Mestranda em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR).

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR).

E-mail: lorenbsilva@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6875-3539>.

Luís Alexandre Carta Winter

Doutor pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR).

Mestre pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR).

Bacharel pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: luiz.winter@pucpr.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0116-6155>.

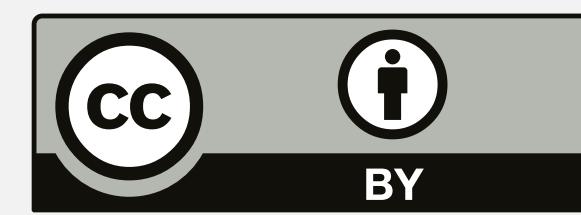
Como citar: SILVA, Loren Brugnolo; WINTER, Luís Alexandre Carta. Trabalho decente e crescimento econômico sustentável: uma análise do desempenho da Argentina e do Brasil na promoção do ODS 8. *Scientia Iuris*, Londrina, v.29, n. 3, p. 8-21, nov. 2025. DOI: 10.5433/2178-8189.2018v29n3.p 8-21. ISSN: 2178-8189.

Resumo: Com a presença de 193 países, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover um futuro mais equitativo e sustentável até 2030, abordando questões como pobreza, educação, igualdade de gênero e preservação ambiental. O Brasil e a Argentina têm avançado nas metas dos ODS por meio de políticas bilaterais e integração regional, com relações iniciadas em 1828 pelo Tratado de Paz e Amizade e fortalecidas pela criação do MERCOSUL em 1991, focando no desenvolvimento econômico sustentável e na cooperação regional. O presente artigo foca especificamente no ODS 8, que promove o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e condições de trabalho dignas para todos. A pesquisa busca responder à seguinte questão: Como a Argentina e o Brasil têm avançado ou enfrentado retrocessos na promoção de trabalho digno e crescimento econômico sustentável, conforme o ODS 8? Por meio da abordagem metodológica hipotético-dedutiva, utilizando técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, o estudo concentra-se no ODS 8, que busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de fomentar o emprego pleno, produtivo e condições dignas de trabalho para todos. Pretende-se contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de ambos os países, promovendo uma agenda de trabalho digno e crescimento econômico que sirva de modelo para outras regiões, alinhando-se aos princípios fundamentais da Agenda 2030.

Palavras-chave: globalização; integração regional; relações brasil-argentina; trabalho decente; crescimento econômico.

Abstract: With 193 member countries, the UN General Assembly established the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) to promote a more equitable and sustainable future by 2030, addressing issues such as poverty, education, gender equality, and environmental preservation. Brazil and Argentina have made progress on the SDGs through bilateral policies and regional integration, with relations beginning in 1828 through the Treaty of Peace and Friendship and strengthened by the creation of MERCOSUR in 1991, focusing on sustainable economic development and regional cooperation. This article specifically focuses on SDG 8, which promotes sustained, inclusive, and sustainable economic growth, full and productive employment, and decent work conditions for all. The research aims to answer the following question: How have Argentina and Brazil advanced or faced setbacks in promoting decent work and sustainable economic growth in line with SDG 8? Using a hypothetico-deductive methodology and employing documentary and bibliographic research techniques, the study focuses on SDG 8, which seeks to promote sustained, inclusive, and sustainable economic growth, while fostering full, productive employment and decent working conditions for all. The goal is to contribute to strengthening public policies in both countries, promoting a decent work and economic growth agenda that can serve as a model for other regions, in alignment with the core principles of the 2030 Agenda.

Keywords: globalization; regional integration; brazil-argentina relations; decent work; economic growth.



INTRODUÇÃO

A relação entre Argentina e Brasil, duas das maiores economias da América Latina, tem sido marcada por uma parceria histórica que busca promover a integração regional e o desenvolvimento econômico sustentável. Desde a criação do MERCOSUL, na década de 1990, ambos os países têm cooperado em diversas áreas, com ênfase no fortalecimento das economias nacionais e no estímulo ao crescimento sustentável. Neste cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2015, representam um marco significativo para direcionar as políticas governamentais e as iniciativas conjuntas entre os países.

A necessidade de alinhamento aos ODS reflete o reconhecimento da conexão fundamental entre as atividades humanas e o meio ambiente, enfatizando a importância de adotar práticas sustentáveis que equilibrem as demandas humanas com a preservação ambiental. No caso da Argentina e do Brasil, isso implica em adotar políticas econômicas que promovam o crescimento sustentável, respeitando tanto o bem-estar social quanto a conservação ambiental.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, especificamente voltado para a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e trabalho digno para todos, tem desempenhado um papel crucial nas estratégias de ambos os países para promover o crescimento regional e enfrentar obstáculos econômicos.

A partir de uma abordagem metodológica hipotético-dedutiva, propõe-se examinar os progressos e as iniciativas adotadas pela Argentina e pelo Brasil para promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no fomento ao trabalho digno e no crescimento econômico sustentável, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto, o artigo busca analisar: Como a Argentina e o Brasil têm avançado ou enfrentado retrocessos na promoção de trabalho digno e crescimento econômico sustentável, conforme o ODS 8?

Ao longo deste artigo, serão analisadas as políticas, estratégias e desafios enfrentados pela Argentina e pelo Brasil na promoção do ODS 8. O objetivo principal é examinar como as iniciativas conjuntas desses países podem inspirar a adoção de práticas sustentáveis em um contexto de integração regional, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030 e contribuir para o avanço das políticas públicas e ações coletivas voltadas à sustentabilidade.

1 RELAÇÕES ARGENTINA-BRASIL

A construção de uma relação política sólida, pautada na confiança e na cooperação entre Argentina e Brasil, ganhou impulso a partir da década de 1980, com a redemocratização de ambos os países. O movimento foi essencial para o desenvolvimento de um projeto de integração sul-americana, culminando na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991. O MERCOSUL estabeleceu as bases para uma integração econômica mais ampla, com a Argentina e o Brasil desempenhando papéis centrais nesse processo. A parceria estratégica entre as duas nações não só fortaleceu suas economias como também consolidou um espaço valioso de diálogo e colaboração no continente.

Particularmente, o Brasil encontrou na Argentina um de seus principais aliados políticos e econômicos, essencial para sua inserção tanto na região quanto no cenário global. A relação bilateral é considerada estratégica, pois, juntas, as economias dos dois países representam aproximadamente dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul. Ademais, é notável que a Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1822, simbolizando a base de uma amizade que se perpetua até os dias atuais (Brasil, 2024).

A relação econômica entre Argentina e Brasil tem se destacado pela crescente integração entre os dois países, especialmente nas áreas de comércio e investimentos. O capital brasileiro desempenha um papel importante na economia argentina,

abrangendo setores como siderurgia, petróleo, bancos, automóveis, têxtil, calçados, máquinas agrícolas, mineração e construção civil. Da mesma forma, a presença de capitais argentinos no Brasil tem sido expressiva, refletindo uma intensa troca comercial entre as nações (Brasil, 2024).

Em 2018, a corrente de comércio bilateral atingiu impressionantes US\$ 26 bilhões, com o Brasil registrando um superávit de US\$ 3,9 bilhões. No entanto, essa relação comercial não é estática; houve oscilações, como a diminuição das exportações brasileiras para a Argentina e o aumento das importações de produtos argentinos. Esse cenário ilustra a dinâmica da troca comercial e seus efeitos no setor industrial. A indústria automotiva, em particular, é um pilar fundamental dessa parceria, exercendo influência direta e indireta sobre diversas outras áreas, como mineração, siderurgia, metalurgia, indústria química, petróleo e gás (Brasil, 2024).

A cooperação política entre os dois países é vibrante e se manifesta em frequentes encontros bilaterais em níveis presidenciais e ministeriais, além do fortalecimento de vários canais institucionais de diálogo. Exemplos notáveis dessa colaboração abrangem a Comissão Bilateral de Produção e Comércio, o Comitê Permanente de Política Nuclear, o Mecanismo de Coordenação Política e os fóruns que reúnem ministros das Relações Exteriores e da Defesa em diálogo político e militar. Brasil e Argentina compartilham uma fronteira de 1.261 quilômetros, e a integração fronteiriça é uma parte fundamental da cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), criada em 2011, é o principal órgão responsável por definir as políticas binacionais para a região fronteiriça e gerenciar as questões levantadas pelos Comitês de Integração Fronteiriça, que se reúnem anualmente nas áreas limítrofes dos dois países (Brasil, 2024).

A relação entre Argentina e Brasil, construída ao longo de décadas, tem sido um pilar essencial para a integração regional e o desenvolvimento sustentável. Apesar dos desafios, como flutuações econômicas e mudanças políticas internas, a cooperação bilateral continua a se fortalecer, especialmente por meio do MERCOSUL e outros fóruns. Ambos os países trabalham juntos para superar barreiras históricas e promover a paz, o desenvolvimento e a prosperidade na América do Sul, especialmente no que diz respeito ao alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O trabalho digno e o crescimento econômico sustentável são pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação, motivo pelo qual serão explorados no próximo tópico, avaliando os avanços e os desafios enfrentados por ambos os países.

2 TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL N. 8

O objetivo de desenvolvimento sustentável n. 8 tem como propósito fomentar um crescimento econômico sustentável, inclusivo e equilibrado, promovendo o emprego digno, produtivo e condições de trabalho decentes a todo cidadão, como um pilar fundamental de reduzir desigualdades e garantir o desenvolvimento econômico. A meta reconhece a importância de oportunidades econômicas equitativas, bem como a proteção dos direitos trabalhistas como meios para alcançar um progresso social. Entretanto, os desafios persistem em escala mundial. De acordo com o Relatório de Metas de Desenvolvimento Sustentável 2023, a recuperação econômica mundial continua lenta, refletindo os impactos prolongados de crises recentes, como a pandemia de COVID-19 e instabilidades geopolíticas. A taxa de crescimento anual do PIB global cai de 5,2% em 2021 para uma projeção de apenas 1,6% em 2024 (United Nations, 2023).

Em 2022, aproximadamente dois bilhões de trabalhadores no mundo ocupavam posições informais e vulneráveis, desprovidas de cobertura de segurança social. Em países de baixa renda, onde, apesar da redução global das taxas de desemprego em comparação aos índices registrados, anteriores à pandemia, não se observou uma diminuição significativa nas taxas de desemprego. Um dado

importante revela que um em cada quatro jovens está fora de sistemas de educação, trabalho ou capacitação, com as mulheres jovens sendo mais de duas vezes mais afetadas do que os homens. Durante a pandemia de COVID-19, 40% dos adultos em países de baixa e média renda abriram sua primeira conta bancária, ressaltando a importância do acesso a serviços financeiros para inclusão econômica e social. Esses dados evidenciam a urgência de ações globais para garantir trabalho digno e crescimento econômico inclusivo, conforme estipulado pelo ODS 8 (United Nations, 2023).

Em 2024, a participação global na força de trabalho deve atingir 60%, enquanto a taxa de desemprego é projetada para ficar em 4,9%. No entanto, o emprego informal continua sendo uma realidade dominante, representando 57,8% da força de trabalho mundial. A pobreza no trabalho, com índice de 6,9% em 2023, revela os persistentes desafios na busca por condições de trabalho dignas e na redução das desigualdades econômicas, conforme demonstra a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2024).

O Objetivo 8 dos ODS visa impulsionar um crescimento econômico sustentável e inclusivo, garantindo emprego pleno e condições de trabalho dignas para todos. As principais metas incluem alcançar um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos (Meta 8.1), aumentar a produtividade por meio de inovação e modernização tecnológica (Meta 8.2), apoiar o empreendedorismo e formalização de micro e pequenas empresas (Meta 8.3), e melhorar a eficiência dos recursos, dissociando o crescimento econômico da degradação ambiental (Meta 8.4). Até 2030, visa garantir emprego decente e remuneração igual para todos (Meta 8.5), reduzir a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação (Meta 8.6), erradicar trabalho forçado e infantil (Meta 8.7), e promover ambientes de trabalho seguros (Meta 8.8). Além disso, busca fomentar o turismo sustentável (Meta 8.9), fortalecer instituições financeiras nacionais (Meta 8.10), aumentar o apoio ao comércio para países em desenvolvimento (Meta 8.a), e desenvolver uma estratégia global para o emprego jovem (Meta 8.b).

A Argentina e o Brasil produzem relatórios anuais que avaliam o progresso em relação aos ODS, adaptando a análise às realidades locais e regionais. Embora sigam os indicadores globais da ONU, esses relatórios refletem as particularidades de cada país. O bloco tem se esforçado para integrar o ODS 8 em suas políticas econômicas, sociais e ambientais, promovendo a cooperação entre os membros para garantir um desenvolvimento inclusivo e equilibrado, conforme detalhado nos próximos tópicos.

a) Argentina

Em 25 de outubro de 2023, Marisol Merquel, presidente da Coordinación de Políticas Sociales (CNCPS), apresentou a terceira edição do Relatório da Argentina 2023, que avalia o avanço do país em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando o compromisso da Argentina com a implementação dessas políticas (Argentina, 2023).

Em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, as metas destacadas foram:

Meta 8.1. Manter o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 3% ao ano nos países menos desenvolvidos. Indicador 8.1.1. Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto a preços constantes (em percentual). Indicador 8.1.1.2 Taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes per capita (em percentual).

Em 2022, a economia da Argentina cresceu 5,2% ao ano, marcando o segundo ano consecutivo de crescimento, o que não ocorria desde 2010-2011. Os primeiros três trimestres foram os mais dinâmicos, com taxas de crescimento de 6,0%, 7,1% e 5,9%, mas o quarto trimestre registrou uma desaceleração para 1,9%. No geral, o PIB atingiu o maior nível desde 2017, superando em 16,2% o nível de

2020, afetado pela pandemia, e ficando apenas 0,1% abaixo do pico histórico de 2017. Entre os setores produtivos, as minas e canteiras tiveram o maior crescimento, com 13,5%, seguidas pela construção (5,8%) e indústria (5,0%). No setor de serviços, destacaram-se o turismo (35%) e o comércio (6,4%), além de três setores de serviços atingirem seus máximos históricos (Argentina, 2023, p. 134).

O PIB *per capita* registrou uma recuperação, com um aumento de 4,3% em 2022, marcando o maior nível desde 2018. A tendência de crescimento continuou em 2023, apesar dos efeitos da seca. O primeiro trimestre de 2023 mostrou um crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior, impulsionado por setores como indústria, minas e construção, que seguiram em alta. O setor de turismo manteve sua recuperação, com aumento nas permutações e forte apoio de programas como o Previaje (Argentina, 2023, p. 134).

Meta 8.2. Alcançar níveis mais elevados de produtividade econômica por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, com foco nos setores de alto valor agregado e uso intensivo de mão de obra. Indicador 8.2.1. Variação acumulada do PIB a preços constantes por pessoa empregada desde 2016 (em percentual sobre a série em milhões de \$ de 2004).

Em 2017, o indicador cresceu 1% devido ao aumento tanto do PIB (+2,8% ao ano) quanto das horas trabalhadas (+1,8% ao ano). Contudo, nos dois anos seguintes, apesar do aumento nas horas trabalhadas (0,3% e 0,9%), o índice caiu (-2,9% em 2018 e -2% em 2019), devido à contração do PIB (-2,6% e -2%, respectivamente). Em 2020, o indicador aumentou 10,5%, pois a redução nas horas trabalhadas (-18,5%) foi maior que a queda do PIB (-9,9%). Em 2021, o indicador teve uma queda de -6,9%, devido ao efeito inverso do ano anterior, quando as horas trabalhadas aumentaram (+18,5%) mais que o PIB (+10,4%). Em 2022, o índice caiu -1,5%, explicado por um aumento nas horas trabalhadas (+6,9%) superior ao crescimento do PIB (+5,2%) (Argentina, 2023, p. 134).

Meta 8.3: Promover políticas de desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, a criação de empregos dignos, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, além de incentivar a formalização e o crescimento das microempresas, pequenas e médias empresas, incluindo o acesso a serviços financeiros. Indicador 8.3.1: Indicador alternativo em desenvolvimento no contexto nacional. O indicador está em desenvolvimento, portanto, essa análise não é realizada (Argentina, 2023, p. 134).

Meta 8.4. Melhorar progressivamente, até 2030, a produção e o consumo eficientes dos recursos globais e procurar desvincular o crescimento econômico da degradação ambiental, conforme o Marco de Programas sobre Modalidades de Consumo e Produção Sustentáveis, começando pelos países desenvolvidos. Indicador nacional 8.4.2. Alternativo nacional em desenvolvimento. Até o momento, não foram desenvolvidos indicadores nacionais a partir do marco global, pois o país está no processo de explorar as fontes de dados. Existe informação publicada pela ONU Meio Ambiente sobre a pegada material per capita no país, considerada fundamental para a agenda nacional e os objetivos comprometidos. Dessa forma, serão adotadas estratégias para a construção do indicador nacional com base nos dados desagregados disponíveis. Não há informação oficial sobre o indicador, já que ele ainda não é medido na Argentina. O país está em processo de busca de fontes de dados para o desenvolvimento do indicador nacional (Argentina, 2023, p. 135).

Meta 8.5: Até 2030, garantir emprego decente e remuneração igual para todos. Indicador 8.5.1. Taxa de emprego da população em idade de trabalhar (em percentual); Indicador 8.5.1.2 Taxa de ocupação registrada (em percentual); Indicador 8.5.1.3 Proporção de ocupados de 16 anos ou mais com jornada completa (40 horas de trabalho ou mais) cujos rendimentos salariais não cobrem a cesta básica total de um “lar tipo”; Indicador 8.5.1.4 Disparidade de gênero nos rendimentos laborais (em percentual); Indicador 8.5.1.5 Produto Interno Bruto por posto de trabalho ocupado; Indicador 8.5.1.6 Déficit de ocupação da população de 16 anos ou mais; Indicador 8.5.1.7 Ocupados com jornadas estendidas.

A avaliação desses indicadores no período de 2016 a 2022 deve levar em consideração o impacto da pandemia de COVID-19, que resultou em uma desaceleração econômica significativa em 2020. No entanto, observou-se uma forte recuperação nos anos seguintes, com 2022 registrando os melhores resultados da série na maioria dos indicadores (Argentina, 2023, p. 135).

Destaca-se a melhoria na taxa de emprego da população em idade ativa, que alcançou 65,7% em 2022, quase atingindo a meta para 2030. Desde 2016, o número de ocupados nas áreas urbanas aumentou em 2,3 milhões, e, apesar do crescimento de 2,3 milhões na população economicamente ativa, houve uma redução de 29 mil no número de desempregados. Houve uma melhoria na disparidade de gênero, com a participação das mulheres nos rendimentos laborais aumentando de 87,0% para 90,3% entre 2016 e 2022. Registrou-se uma redução de 1,3 pontos percentuais nos trabalhadores com jornadas prolongadas, passando de 32,4% em 2016 para 30,1% em 2022 (Argentina, 2023, p. 135).

Meta 8.6: Até 2030, reduzir significativamente a proporção de jovens que não estão empregados, não estudam nem recebem capacitação. Indicador 8.6.1: Percentual de jovens (de 16 a 24 anos) que não estudam, não trabalham nem buscam emprego. Indicador 8.6.1.2: Taxa de desemprego da população jovem de 16 a 24 anos ou mais.

No período de 2016 a 2022, observa-se uma redução na proporção de jovens que não estudam, não trabalham nem procuram emprego, de 15,0% para 12,4%, ou seja, uma diminuição de 2,6 pontos percentuais. Essa situação ocorre paralelamente a uma redução da taxa de desemprego em 2,6 p.p., passando de 21,4% em 2016 para 18,8% em 2022 (Argentina, 2023, p. 137).

Meta 8.7: erradicar trabalho forçado e infantil. Indicador 8.7.1. Taxa de emprego de crianças de 5 a 15 anos.

Em relação ao emprego infantil de crianças de 5 a 15 anos, não há dados atualizados disponíveis até o momento, embora a meta intermediária definida para 2023 seja de 1,9%. A meta para 2030 é eliminar completamente essa prática (Argentina, 2023, p. 137).

Meta 8.8: promover ambientes de trabalho seguros. Indicador 8.8.1. Taxa de incidência de lesões ocupacionais não fatais (por mil trabalhadores expostos a risco); Indicador 8.8.1.2 Taxas de incidência de lesões ocupacionais fatais dos trabalhadores (por cada milhão de trabalhadores expostos a risco); indicador 8.8.1.3 Percentual de trabalhadores cobertos pelo Sistema de Riscos de Trabalho; indicador 8.8.2. Taxa de emprego não registrado. (em percentual); indicador 8.8.2.2 Taxa de emprego não registrado dos trabalhadores assalariados migrantes (em percentual).

Durante o período, a criação de empregos foi acompanhada por um aumento no número de assalariados não registrados, o que resultou em uma taxa de emprego não registrado de 38,6% em 2022. Esse crescimento também foi observado entre os trabalhadores migrantes, cujo índice subiu de 48,9% para 51,1% entre 2016 e 2019 (Argentina, 2023, p. 137).

O Relatório de 2023 da Argentina destaca um crescimento econômico de 5,2% em 2022, com recuperação do PIB per capita e setores como turismo e construção em alta, embora a desaceleração no final do ano tenha mostrado vulnerabilidades. A taxa de emprego não registrado atingiu 38,6% em 2022, com um aumento também entre trabalhadores migrantes (de 48,9% para 51,1% entre 2016-2019). A meta de erradicação do trabalho infantil não possui dados atualizados, mas a meta intermediária de 1,9% para 2023 foi definida. A participação feminina nos rendimentos laborais aumentou, mas desafios como jornadas de trabalho prolongadas ainda persistem. A Argentina segue avançando, mas enfrenta desafios no trabalho informal e nas desigualdades.

Meta 8.9: Até 2030, desenvolver e implementar políticas para promover um turismo sustentável que gere empregos e valorize a cultura e produtos locais. Indicador 8.9.1: Número de empregos na indústria do turismo. Indicador 8.9.1.2:

Propensão a viajar. Indicador 8.9.1.3: Coeficiente de Gini das viagens turísticas totais. Indicador 8.9.1.4: Coeficiente de Gini das viagens turísticas por lazer. Indicador 8.9.1.5: Coeficiente de Gini dos gastos turísticos. Indicador 8.9.1.6: Taxa de informalidade do emprego na indústria turística.

O Indicador 8.9.1 sobre o número de postos de trabalho na indústria turística na Argentina mostrou um aumento, com a linha de base em 931.300 postos em 2004. Embora a pandemia tenha causado queda na propensão a viajar, espera-se que o aumento do turismo doméstico, impulsionado por programas como o Pre-Viaje, melhore este indicador (Argentina, 2023, p. 138).

Os índices de Propensão líquida a viajar (em porcentagem) (Indicador 8.9.1.2) mostraram uma queda contínua, passando de 48,4% em 2015 para 38,6% em 2019. Para 2020, a meta intermediária era de 50%, com a meta final de 55% até 2030. No entanto, os impactos da pandemia no setor turístico resultaram em uma queda acentuada da propensão líquida a viajar, que caiu para 23,7% em 2020. Os dados de 2021 não estão disponíveis até o momento. Sobre a desigualdade nas viagens turísticas (Indicador 8.9.1.3), verificou-se um aumento de 0,293 em 2015 para 0,349 em 2019, mas diminuiu em 2020. Em 2021, o valor subiu para 0,350, ficando abaixo do pico de 2018. A meta final para 2030 é 0,211 (Argentina, 2023, p. 138).

O coeficiente de Gini relacionado à quantidade de viagens turísticas por lazer (indicador 8.9.1.4) apresentou um aumento na desigualdade entre 2015 e 2019, passando de 0,354 para 0,418. Em 2020, houve uma redução significativa para 0,345, aproximando-se da meta intermediária de 0,326. Contudo, em 2021, o índice voltou a subir levemente para 0,402, sem alcançar o pico de desigualdade registrado em 2019. A meta final para 2030 é fixada em 0,209. O indicador 8.9.1.5, Coeficiente de Gini do gasto turístico, registrou um aumento da desigualdade desde a linha de base em 2015 (0,465) até 2019, atingindo 0,514. Em 2020, houve uma melhora, com a desigualdade caindo para 0,458, embora não tenha alcançado a meta intermediária de 0,417, devido ao aumento acentuado nos anos anteriores. Em 2021, o índice voltou a subir para 0,545, explicado pelo contexto adverso da pandemia (Argentina, 2023, p. 138).

Com base nos dados da Conta Satélite de Turismo da Argentina (2021), a taxa de informalidade no emprego assalariado na indústria turística oscilou ao longo do tempo (indicador 8.9.1.6). Em 2004, era de 49%, caiu para 39% em 2016 e subiu novamente para 41% em 2019. A ausência de dados para 2020 e 2021 impede a comparação com a meta intermediária de 36% estabelecida para 2020. A meta final para 2030 é fixada em 27%. O PIB direto do turismo como percentual do PIB total, com base na Conta Satélite de Turismo da Argentina, apresentou um valor inicial de 2,1% em 2004 (Indicador 8.9.1.7). Entre 2016 e 2019, a média foi de 1,9%. Não há dados disponíveis para 2020 e 2021, nem informações sobre as metas intermediária e final (Argentina, 2023, p. 138).

Meta 8.10: Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para promover e ampliar o acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos. Indicador 8.10.1.a Número de agências bancárias por cada 100.000 adultos. Indicador 8.10.1.a2 Percentual de localidades com ao menos uma agência bancária ou correspondente. Indicador 8.10.1.b Número de caixas eletrônicos e terminais de autoatendimento por cada 100.000 adultos. Indicador 8.10.2. Percentual da população adulta com conta bancária ou em outra instituição financeira. Indicador 8.10.2.2 Percentual de depósitos do setor privado no sistema financeiro (como % do PIB). Indicador 8.10.2.3 Crédito ao setor privado não financeiro como percentual do PIB nominal. Indicador 8.10.2.4 Crédito a pequenas e médias empresas como percentual do PIB nominal. Indicador 8.10.2.5 Percentual da população adulta com financiamento do sistema financeiro ou de provedores de crédito não financeiros. Indicador 8.10.2.6 Quantidade de transações eletrônicas (transferências e cartões de débito) por adulto. Indicador 8.10.2.7 Quantidade de titulares de cartões de crédito por cada 100.000 adultos.

Em 2021, os indicadores de inclusão e profundidade financeira na Argentina apresentaram evolução significativa, apesar de alguns desafios. O número de sucursais de entidades financeiras por 100.000 adultos diminuiu levemente em 0,4 pontos percentuais, refletindo uma tendência global em países de renda média-alta e alta, impulsionada pela digitalização dos serviços financeiros e pela estratégia das instituições de reduzir custos (Argentina, 2023, p. 138).

A pandemia de COVID-19 também teve um impacto, ocasionando ajustes na rede de suprimentos, mas mesmo com a queda líquida, a cobertura territorial aumentou, passando de 28,8% para 28,9% das localidades atendidas. Já o indicador de presença de ao menos uma sucursal ou correspondente bancário teve um crescimento de 4 pontos percentuais, alcançando 45% das localidades, superando a meta intermediária para 2023. Esse avanço foi impulsionado pela expansão das Agências Complementares de Serviços Financeiros, regulamentadas pelo Banco Central da República Argentina (BCRA), que permitiu a delegação de atendimentos. No que tange aos caixas eletrônicos, o número de dispositivos por 100.000 adultos subiu para 77,8, ampliando a cobertura em diversas localidades. Embora a meta de 84,2 dispositivos para 2023 seja desafiadora, o BCRA tem incentivando a maior eficiência e disponibilidade desses aparelhos. O número de adultos com contas bancárias ou de pagamento também continuou a crescer, atingindo 95,3%, com a pandemia impulsionando tanto a abertura de contas quanto a digitalização das transações financeiras, colocando o indicador próximo da meta de 95,8% para 2023 (Argentina, 2023, p. 139).

Em termos de profundidade financeira, o crédito ao setor privado e os depósitos apresentaram uma queda em relação ao PIB, com uma redução de 2,3 pontos percentuais no crédito e 2,4 pontos percentuais nos depósitos. A concessão de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) teve uma diminuição mais modesta de 0,2 pontos percentuais, beneficiada por incentivos do governo e do BCRA. Por fim, o indicador de financiamento para a população adulta superou a meta intermediária, alcançando 50%, refletindo a maior cobertura das empresas de crédito e o aumento do apoio dos bancos públicos. Além disso, o uso de meios de pagamento eletrônicos, como transferências e cartões de débito, cresceu 17,2 pontos percentuais, com 75% desse aumento proveniente de transações com cartões (Argentina, 2023, p. 139).

No relatório, não foram identificados dados relacionados às Metas 8.a e 8.b.

O relatório apresentado fornece uma análise detalhada dos avanços da Argentina em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Especificamente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8. Em 2022, a economia da Argentina registrou um crescimento significativo de 5,2%, refletindo a recuperação após a crise gerada pela pandemia de COVID-19. Este crescimento foi impulsionado por setores como mineração, construção e turismo, com destaque para o turismo, que teve um aumento de 35% nas suas atividades. O PIB per capita também apresentou uma recuperação, com um aumento de 4,3%, marcando o maior nível desde 2018. No entanto, a taxa de emprego não registrado, um indicador importante do setor informal, atingiu 38,6% em 2022, o que reflete um desafio persistente no mercado de trabalho argentino. Além disso, a desigualdade no mercado de trabalho, especialmente em relação às jornadas de trabalho prolongadas e à disparidade de gênero, ainda é um problema a ser enfrentado. Em relação às metas específicas do ODS 8, a Argentina tem avançado, mas ainda enfrenta desafios, como a erradicação do trabalho infantil e a criação de um sistema de trabalho mais inclusivo e sustentável. O relatório também destaca o impacto da pandemia nos indicadores de turismo e a necessidade de políticas mais eficazes para promover um turismo sustentável e inclusivo.

O relatório mostra que, embora o país tenha feito progressos em algumas áreas, a desigualdade no emprego e as dificuldades no setor informal permanecem como obstáculos importantes para o pleno alcance das metas de desenvolvimento sustentável. A Argentina continuará a trabalhar na implementação de estratégias para resolver essas questões, alinhando-se às diretrizes dos ODS até 2030.

b) Brasil

O Relatório Luz 2024, do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, avalia a implementação dos ODS no Brasil e aponta ações necessárias para cumprir as metas globais da ONU até 2030 (GTSC, 2024).

Em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, as metas destacadas foram:

Meta 8.1. Manter o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 3% ao ano nos países menos desenvolvidos.

A Meta 8.1 apresentou progresso insuficiente após quatro anos de retrocesso. Em 2023, o crescimento do PIB per capita foi de 2,2%, marcando o retorno ao nível de 2013, ano em que o Brasil iniciou uma década de recessão e estagnação econômica, agravada por crises políticas e a pandemia de Covid-19. Durante esse período, houve uma grande concentração de riqueza, além do aumento da pobreza e da insegurança alimentar. Embora o PIB e o PIB per capita não capturem completamente as desigualdades, a recuperação econômica pós-pandemia e a implementação de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030 indicam uma tendência positiva. Os dados também foram atualizados no Painel ODS Brasil (GTSC, 2024, p. 54).

Meta 8.2. Alcançar níveis mais elevados de produtividade econômica por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, com foco nos setores de alto valor agregado e uso intensivo de mão de obra.

Em 2023, 64,9% da população brasileira tinha algum rendimento, refletindo um aumento em relação a 2022 (44,5%). A participação dos rendimentos do trabalho na economia subiu para 46%, e o rendimento médio habitual atingiu o maior valor da série histórica da PNAD Contínua, com um crescimento de 11,5%. A desigualdade de renda também diminuiu, com a razão entre os rendimentos médios dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres caindo para 14,4, o menor valor já registrado. Além disso, a produtividade da economia cresceu 1,9%. Em 2023, o Fórum Econômico Mundial destacou a baixa capacidade de inovação do Brasil como um dos principais obstáculos ao crescimento econômico. O país ficou abaixo da média global em áreas como sustentabilidade, inclusão e inovação (GTSC, 2024, p. 54).

Meta 8.3: Promover políticas de desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, a criação de empregos dignos, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, além de incentivar a formalização e o crescimento das microempresas, pequenas e médias empresas, incluindo o acesso a serviços financeiros.

Em 2023, a taxa de informalidade no Brasil foi de 39,2%, atingindo 39,7 milhões de pessoas, com pouca variação desde 2016. As mulheres negras são as mais afetadas por essa situação. O setor da construção civil, essencial para a economia brasileira, é um dos mais afetados pela informalidade (CBIC, 2022). A disseminação do trabalho por aplicativo, impulsionada pela tecnologia digital e pela flexibilização das leis trabalhistas em 2017, ampliou a precarização do emprego, com 2,1 milhões de trabalhadores nessa modalidade em 2022. O mercado de trabalho formal no Brasil se concentra principalmente nos setores industriais e de serviços, enquanto o setor público, ao contrário do que a retórica liberal sugere, não é excessivamente grande comparado a outros países (Belandi, 2023).

Meta 8.4. Melhorar progressivamente, até 2030, a produção e o consumo eficientes dos recursos globais e procurar desvincular o crescimento econômico da degradação ambiental, conforme o Marco de Programas sobre Modalidades de Consumo e Produção Sustentáveis, começando pelos países desenvolvidos.

A Meta 8.4 tem retrocedido nos últimos cinco anos e está em risco. O Brasil continua reduzindo sua biocapacidade, enquanto a pegada material permanece estagnada desde 2019, em vez de diminuir, devido ao desmatamento, principalmente para atividades agropecuárias. Isso representa um desafio significativo para

a transição para uma economia sustentável, com padrões de consumo e produção que não são compatíveis com a Agenda 2030 (Vacas, 2023).

Meta 8.5: Até 2030, garantir emprego decente e remuneração igual para todos.

Após quatro anos de retrocessos, o progresso foi insatisfatório. No período pós-pandemia, o salário por hora teve um leve aumento, passando de R\$ 15,30 em 2022 para R\$ 17,20 em 2023. A recuperação do mercado de trabalho resultou em uma queda da taxa de desocupação para 7,7% em 2023, em comparação com 9,2% em 2022. Contudo, a desigualdade salarial entre os gêneros permanece, mesmo com a existência da Lei do Salário Igual. Associações do setor comercial e industrial têm se oposto à implementação da equidade salarial, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2024b).

A desigualdade salarial de gênero persiste, assim como a disparidade na taxa de desocupação, que atinge 60,7% entre pessoas com deficiência, em contraste com 26,6% entre as sem deficiência (GTSC, 2024, p. 56).

As desigualdades raciais seguem presentes, com acesso desigual entre brancos e negros. O trabalho infantil teve um aumento de 7%, enquanto a proporção de jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham se manteve estável. Apesar da redução geral da taxa de desocupação, houve uma leve diminuição entre os jovens em 2023. Adicionalmente, a população de 5 a 17 anos reduziu em 1,4% de 2019 a 2022 (Nery; Cabral, 2023).

Meta 8.6: Até 2030, reduzir significativamente a proporção de jovens que não estão empregados, não estudam nem recebem capacitação. A Meta 8.6, que vinha apresentando retrocessos, acabou estagnada (GTSC, 2024, p. 57).

Meta 8.7: erradicar trabalho forçado e infantil.

Em 2022, aproximadamente 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil, com a maioria sendo meninos negros (66,3%). Desses, 46,2% estavam em atividades prejudiciais à saúde. Em 2023, 2.564 crianças e adolescentes foram resgatados dessa situação (Brasil, 2024c).

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPE-TI) destaca formas de trabalho infantil menos visíveis, como nas ruas, semáforos, praias, campos, residências e comércios familiares, além da exploração sexual e tráfico de drogas. Essas condições expõem as crianças e adolescentes a diversas violências, como atropelamentos, sequestros e abusos. As políticas públicas ainda são insuficientes para combater essa realidade. Além disso, o trabalho infantil perpetua o ciclo da pobreza, pois muitas dessas crianças e jovens deixam a educação para trabalhar (GTSC, 2024, p. 57).

Meta 8.8: promover ambientes de trabalho seguros.

Em 2023, houve 603.825 acidentes de trabalho e 2.694 mortes, mostrando uma leve redução em comparação com 2022, quando foram registrados quase 613 mil acidentes e 2.538 óbitos (GTSC, 2024, p. 58). Esses dados dizem respeito apenas ao trabalho formal, e as fontes oficiais, como o Ministério do Trabalho, a Fundacentro e o IBGE, estão desatualizadas ou inacessíveis (Brasil, 2022).

A situação do trabalho informal é ainda mais preocupante, com cerca de 1,5 milhão de imigrantes e 66 mil refugiados no Brasil, dos quais apenas 230 mil têm emprego formal. Embora haja liberdade jurídica para a organização sindical, as mudanças no mercado de trabalho e a reforma trabalhista de 2017 impactaram negativamente a atuação dos sindicatos (GTSC, 2024, p. 59).

Meta 8.9: Até 2030, desenvolver e implementar políticas para promover um turismo sustentável que gere empregos e valorize a cultura e produtos locais. Indicador 8.9.1: Número de empregos na indústria do turismo.

A Meta 8.9 apresentou progresso insuficiente, com esforços dos governos para promover o turismo sustentável, embora sem uma coordenação eficaz, mesmo entre ações complementares. O Brasil ainda não possui uma política pública

específica para incentivar o turismo sustentável. Em 2023, o setor representou 7,7% do PIB, uma queda em relação aos 8,1% registrados no ano anterior (GTSC, 2024, p. 59).

Meta 8.10: Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para promover e ampliar o acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.

Em 2023, o Brasil experimentou um crescimento no atendimento bancário digital, com uma redução no número de agências físicas e caixas eletrônicos, conforme incentivado pelo Banco Central. Os caixas eletrônicos representaram 8% das transações bancárias em 2022, enquanto os canais digitais dominaram (FEBRABAN, 2023). O país registrou 1,2 bilhão de contas bancárias ativas, com uma expansão de 14,2% em relação ao ano anterior, e 90% da população possui acesso bancário. Contudo, 8 milhões de brasileiros foram vítimas de golpes financeiros em 2023, com informações sobre fraudes ainda defasadas, com dados mais recentes disponíveis apenas de 2020 (Martins, 2024).

Meta 8.a: Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo. A Meta 8.a enfrenta retrocesso, pois o Brasil não participa da iniciativa *Aid for Trade* da Organização Mundial do Comércio, e a legislação impede repasses financeiros a outros países, comprometendo o avanço desse compromisso (WTO, [2024]).

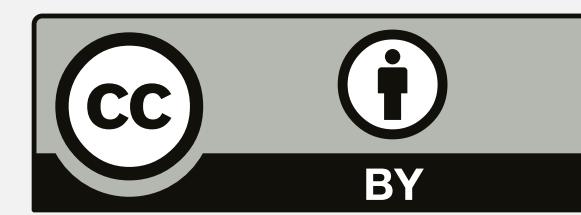
Meta 8.b: Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Meta 8.b avançou de forma insuficiente, com programas voltados ao emprego jovem no Brasil, como o CIEE, que auxiliam na inserção no mercado de trabalho, embora não atendam à demanda. Contudo, em 2023, não havia uma estratégia nacional focada na empregabilidade jovem e na capacitação em áreas de inovação. Em 2024, a Política Nacional de Trabalho Digno para a População em Situação de Rua foi instituída, e o Projovem foi relançado, ambos sendo avaliados no próximo Relatório Luz (Brasil., 2024a).

O Relatório Luz 2024 aponta desafios significativos para o cumprimento das Metas 8 do ODS 8 no Brasil. O crescimento econômico per capita foi insuficiente, com um PIB per capita de 2,2% em 2023, refletindo um longo período de recessão. A produtividade econômica cresceu 1,9%, mas o Brasil continua enfrentando baixos índices de inovação e desigualdade, com uma taxa de informalidade de 39,2%. O trabalho infantil ainda afeta milhões de crianças, e a segurança no trabalho permanece preocupante, com mais de 600 mil acidentes e quase 2.700 mortes em 2023. No turismo, a contribuição ao PIB diminuiu, e o setor ainda carece de políticas públicas específicas para o turismo sustentável. As metas relacionadas ao acesso a serviços bancários e ao apoio comercial também enfrentaram retrocessos, com dados limitados sobre fraudes e a falta de participação do Brasil na iniciativa *Aid for Trade*. No emprego jovem, apesar de programas como o CIEE, não há uma estratégia nacional específica, mas avanços foram feitos com a criação de novas políticas para a população em situação de rua e o relançamento do Projovem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão histórica entre Argentina e Brasil, duas das principais economias da América Latina, tem sido caracterizada por interdependência e cooperação, particularmente nos campos econômico e político. Desde a criação do Mercosul na década de 1990, ambos os países vêm colaborando para fomentar a integração regional e o desenvolvimento econômico sustentável. Esta parceria, estabelecida através de pactos bilaterais e multilaterais, atravessou períodos de altos e baixos



ao longo dos anos, mas ainda é um alicerce crucial na estratégia de ambos os países para promover o crescimento regional e fortalecer suas economias.

No âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8), que busca fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, garantindo emprego pleno e trabalho digno para todos, a relação entre Brasil e Argentina têm desempenhado um papel relevante na implementação de políticas regionais voltadas para a superação dos desafios comuns. Da análise dos avanços e desafios da Argentina e do Brasil na promoção do ODS 8, verificou-se: Como a Argentina e o Brasil têm avançado ou enfrentado retrocessos na promoção de trabalho digno e crescimento econômico sustentável, conforme o ODS 8?

Como resposta à pergunta, constatou-se que o Relatório da Argentina 2023, apresentado por Marisol Merquel, presidente da *Coordinación de Políticas Sociales*, destaca o progresso do país em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase no ODS 8, que visa promover o crescimento econômico, o emprego decente e a produção sustentável.

Em 2022, o PIB argentino cresceu 5,2%, impulsionado por setores como turismo e construção. O PIB per capita também teve um aumento significativo, refletindo uma recuperação econômica. No entanto, a taxa de emprego não registrado foi de 38,6%, e o país enfrenta desafios em relação à informalidade no trabalho e às desigualdades salariais, especialmente para mulheres e trabalhadores migrantes.

A meta de erradicação do trabalho infantil ainda não tem dados atualizados, mas a Argentina busca reduzir a proporção de jovens fora do mercado de trabalho e da educação. No setor turístico, houve um aumento no número de empregos, embora a pandemia tenha impactado negativamente a propensão a viajar. A Argentina continua avançando, mas enfrenta desafios em relação à sustentabilidade, desigualdade e informalidade no mercado de trabalho.

Por outro lado, o Brasil revela avanços e retrocessos no cumprimento das Metas do ODS 8 no Brasil. O crescimento econômico per capita foi abaixo das expectativas, com um PIB de 2,2% em 2023, ainda refletindo as consequências de uma década de recessão. Embora a produtividade tenha crescido 1,9%, a inovação continua baixa, impactando a competitividade. No entanto, a informalidade permanece elevada em 39,2%, afetando principalmente as mulheres negras e ampliada pela precarização do trabalho, como evidenciado pelo aumento do trabalho por aplicativo. O trabalho infantil persiste como um problema grave, com 1,8 milhão de crianças em situação de exploração, e a segurança no trabalho segue preocupante, com mais de 600 mil acidentes e 2.700 mortes em 2023.

No turismo, apesar dos esforços, a falta de políticas públicas coordenadas resultou na diminuição da contribuição do setor ao PIB. Em relação aos serviços bancários, o Brasil avançou no atendimento digital, mas os golpes financeiros representam um desafio crescente. A falta de participação do Brasil na iniciativa *Aid for Trade* e a ausência de uma estratégia nacional para o emprego jovem indicam retrocessos significativos, apesar de algumas iniciativas recentes, como a criação da Política Nacional de Trabalho Digno para a População em Situação de Rua e o relançamento do Projovem.

Embora haja progressos, tanto o Brasil quanto a Argentina enfrentam desafios significativos para cumprir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, com avanços em algumas áreas e retrocessos em outras. No Brasil, embora tenha havido um crescimento no PIB per capita em 2023, ainda existem defasagens em aspectos essenciais como inovação, desigualdade de renda e informalidade no mercado de trabalho. A presença do trabalho infantil e as altas taxas de acidentes de trabalho também são questões preocupantes, além da falta de políticas públicas específicas para o turismo sustentável e a estratégia nacional para o emprego jovem.

Na Argentina, o cenário é igualmente desafiador, com uma economia que enfrenta dificuldades relacionadas à inflação e ao desemprego, embora tenha apresentado uma recuperação em algumas áreas da economia. O país ainda lida com questões

estruturais, como a informalidade e a falta de uma completa inclusão no mercado de trabalho, além de desafios ambientais e sociais que precisam ser enfrentados para garantir uma transição efetiva para um modelo de crescimento sustentável.

Ambos os países necessitam de ações mais robustas e políticas públicas mais eficazes para promover um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, reduzir desigualdades sociais e melhorar as condições de trabalho. As metas do ODS 8 ainda demandam esforços significativos dos Estados para assegurar que o crescimento econômico esteja alinhado aos princípios da Agenda 2030, especialmente em um contexto de instabilidade econômica e social.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. **Informe de País:** Argentina 2023. Buenos Aires: CCNCPS, 2023. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_pais_baja.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

BELANDI, Caio. Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PTC PopRua). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm#. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário estatístico de acidentes do trabalho.** Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/acidente_trabalho_incapacidade/arquivos/AE-AT_2022/aeat-2022. Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Igualdade salarial.** Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/igualdade-salarial>. Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, **Relações Brasil x Argentina** 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/estudos-temáticos/argentina>> Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE afastou 2.564 crianças e adolescentes do trabalho infantil em 2023.** Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/janeiro/mte-afastou-2-564-criancas-e-adolescentes-do-trabalho-infantil-em-2023>. Acesso em: 3 jan. 2025.

CBIC - CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. IBGE: Informalidade no setor da construção é maior nas regiões Norte e Nordeste. **Agência CBIC**, Brasília, DF, 15 maio 2022. Disponível em: <https://cbic.org.br/ibge-informalidade-no-setor-da-construcao-e-maior-nas-regioes-norte-e-nordeste>. Acesso em 16 jan. 2025.

FEBRABAN. **Brasileiro aumenta em 30% suas transações bancárias em 2022, e 8 em cada 10 operações são digitais.** São Paulo: Febraban, 2023. Dis-

ponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3950/pt-br/#:~:text=Quase%208%20em%20cada%2010,portf%C3%B3lio%20de%20servi%C3%A7os%20profissionais%20mais>. Acesso em: 3 jan. 2025.

GTSC - GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Relatório luz**. Recife: GTSC, 2024. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/>. Acesso em 16 jan. 2025.

ILO - INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Indicators and data tools**. Geneva: ILO, 2024. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/data/#>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MARTINS, Danylo. **Brasil soma 1,2 bilhão de contas em banco, mas crescimento desacelera**. São Paulo: Finsiders Brasil, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://finsidersbrasil.com.br/estudos-e-relatorios/brasil-soma-12-bilhao-de-contas-em-banco-mas-crescimento-desacelera/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

NERY, Carmen; CABRAL, Uberlândia. De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>. Acesso em: 3 jan. 2025.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Global Economic Recovery continues, but on a slow trajectory**. UNITED NATIONS: Department of Economic and Social Affair, 2023. Goal 8. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals/goal8>. Acesso em: 3 jan. 2025.

VACAS, Constanza. **A terra entrou num défice ecológico: o que significa isto?** Lisboa: National Geographic, ago 2023. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/meio-ambiente/terra-entrou-num-defice-ecologico-que-significa-isto_4061#. Acesso em: 16 jan. 2025.

WTO - WORD TRADE ORGANIZATION. **Aid for trade**. Geneva: WTO, [2024]. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/aid-4trade_e.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

Recebido em: 24/06/2025.

Aprovado em: 01/08/2025.